

BRASIL: A OBRA DE FRONTEIRAS E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA

A OBRA DE FRONTEIRAS

A primeira fronteira da América portuguesa foi delimitada através do **Tratado de Tordesilhas**, definido em 1494, entre Portugal e Espanha, mas que nunca efetivou o traçado de uma linha sobre o mapa, pois não havia um acordo sobre o seu traçado.

A economia durante esse período (colonial) era voltada para o mercado externo, com a produção de açúcar nas áreas próximas ao litoral, nesse período a população vivam “agarrada ao litoral como caranguejos”. No interior, a presença europeia se limitava à Vila de São Paulo e alguns núcleos vizinhos. Dali partiram os bandeirantes, que desde o início do século XVII deixaram para trás a linha de Tordesilhas e percorreram áreas então pertencentes à Espanha em busca da captura de índios e na procura por metais preciosos. Além deles, também partiram aventureiros que partiam para Amazônia em busca das “drogas do sertão”, especiarias tropicais (cacau, guaraná, baunilha, canela, cravo, castanha, etc.) que alcançavam altos preços na Europa.

Nos séculos XVII e XVIII, expedições militares portuguesas também avançaram com o intuito de instalar fortificações militares no alto curso do rio Amazonas e dos seus afluentes. Assim, a expansão dos bandeirantes e aventureiros possuíam motivações econômicas, mas as expedições militares portuguesas possuíam interesses estratégicos, uma vez que em 1750 seria assinado o **Tratado de Madri**.

As fortificações erguidas pela Coroa portuguesa confirmaram seu valor estratégico durante as negociações com a Espanha que levaram a assinatura do **Tratado de Madri** (1750). Os dois países aceitaram o princípio de *uti possidetis*, do Direito romano, segundo o qual era considerado dono da terra aquele que ocupava.

Contudo, a maior parte dos segmentos de fronteira terrestre foi delimitada durante o Império, após a independência (1822). O Império foi responsável pela fixação de mais de metade da extensão total das fronteiras terrestres. A **guerra da Cisplatina** (1825-1828), na qual Brasil e Argentina disputaram o controle sobre o Uruguai, terminou com um tratado que **delimitou a fronteira sul do Brasil**. A **guerra do Paraguai** (1864-1870) foi concluída com um tratado que **delimitou o**

segmento de fronteira entre Brasil e Paraguai. Na Amazônia, o governo imperial negociou extensos segmentos de limites com o Peru e a Venezuela.

No início do período republicano, o Barão do Rio Branco, ministro do Exterior do Brasil entre 1902 e 1912, completou a obra de limites, por meio de tratados ou **arbitrariedades internacionais** (quando não existe um acordo entre dois países, um terceiro país é escolhido para funcionar como um árbitro, responsável por ouvir os argumentos das partes e definir uma solução). Assim, com o Barão de Rio Branco o Brasil tornou-se o primeiro país da América do Sul a ter um invólucro de fronteiras consolidado, sem nenhum foco de litígio territorial com os países vizinhos.

As fronteiras do Brasil estendem-se por 23.086 quilômetros e são compostas por uma seção terrestre de 15.719 quilômetros e uma marítima de 7.367 quilômetros. Essa grande extensão faz com que o Brasil compartilhe limites com todos os países sul-americanos, com exceção de Chile e Equador.

As fronteiras políticas internacionais definem limites entre soberanias distintas. A **Constituição de 1988** define como pertencentes à **faixa de fronteira a área de 150 quilômetros de largura ao longo dos limites terrestres**. Embora o Brasil não tenha litígios com seus vizinhos, a defesa da fronteira é decisiva para coibir a ação de redes criminosas internacionais que atuam nos negócios do narcotráfico, da venda ilegal de armas e do contrabando. Compete exclusivamente à União executar os serviços de polícia de fronteiras. O momento atual pode ser caracterizado como um momento de passagem de uma concepção de fronteira exclusivamente de defesa de limites territoriais, rígida e isolante, para uma “concepção de aproximação, união e abertura num espaço integrador sobre o qual se devem orientar as estratégias de desenvolvimento através de ações conjuntas entre os países vizinhos”, ou seja, passou-se a pensar a zona de fronteira como espaço de integração econômica e política entre as nações sul-americanas.

A soberania do Estado não se circunscreve somente ao território terrestre. Em 1994, uma convenção da ONU, definiu como **mar territorial uma faixa de 12 milhas (cerca de 22,2 quilômetros) de largura a partir da linha de base** (Figura 1). Sobre o mar territorial, aplica-se quase totalmente a soberania do Estado, com exceção apenas do respeito ao direito de passagem inofensiva por embarcações estrangeiras.

Mais largo que o mar territorial é a Zona Econômica Exclusiva (ZEE)(Figura 1), uma faixa de no máximo 200 milhas náuticas (370,4 quilômetros) de largura, mas que pode ser estendida a até 350 milhas náuticas, caso o país costeiro comprove que a sua plataforma continental ultrapassa as 200 milhas. A plataforma continental é o prolongamento submarino do relevo continental.

O Estado costeiro tem o monopólio de exploração dos recursos naturais da ZEE, como jazidas de petróleo de gás da plataforma continental, o pescado da faixa marítima e as belezas cênicas com potencial turístico, devendo zelar pela proteção ambiental da área, sob pena de perda desse monopólio. A ZEE se distingue do mar territorial, pois nela há liberdade completa de navegação, sobrevoo, lançamento de cabos submarinos e implantação de dutos.

A ZEE tradicional do Brasil compreendia 3,5 milhões de quilômetros quadrados. Contudo, o país conseguiu comprovar que, em diversos trechos, a plataforma continental ultrapassa o limite das 200 milhas e, em 2007, a ONU reconheceu extensões que perfazem mais de 720 mil quilômetros quadrados a serem adicionados à área inicial.

A FEDERAÇÃO BRASILEIRA

A **República Federativa do Brasil** é formada por **26 estados e pelo Distrito Federal** (Figura 2). Os estados, por sua vez, dividem-se em **municípios**. Em 2006, existiam mais de 5.564 municípios.

Os **estados** são as unidades de maior hierarquia na organização político-administrativa do país; a localidade que abriga a sede do governo é chamada de **capital**. Os municípios são as menores unidades políticas autônomas na federação brasileira. Na maioria dos casos apresentam áreas rurais e urbanas.

O **Distrito Federal** é uma unidade federativa autônoma, que sedia o governo federal. **Brasília** é a capital federal do Brasil. O Distrito Federal não se divide em municípios e sim em regiões administrativas (RAs), muitas das quais correspondem a cidades-satélites.

Ao longo de sua história, o Brasil já teve também unidades administrativas chamadas **territórios federais**. Eles eram áreas consideradas estratégicas, e, durante a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foram criados para serem administrados diretamente pela União.

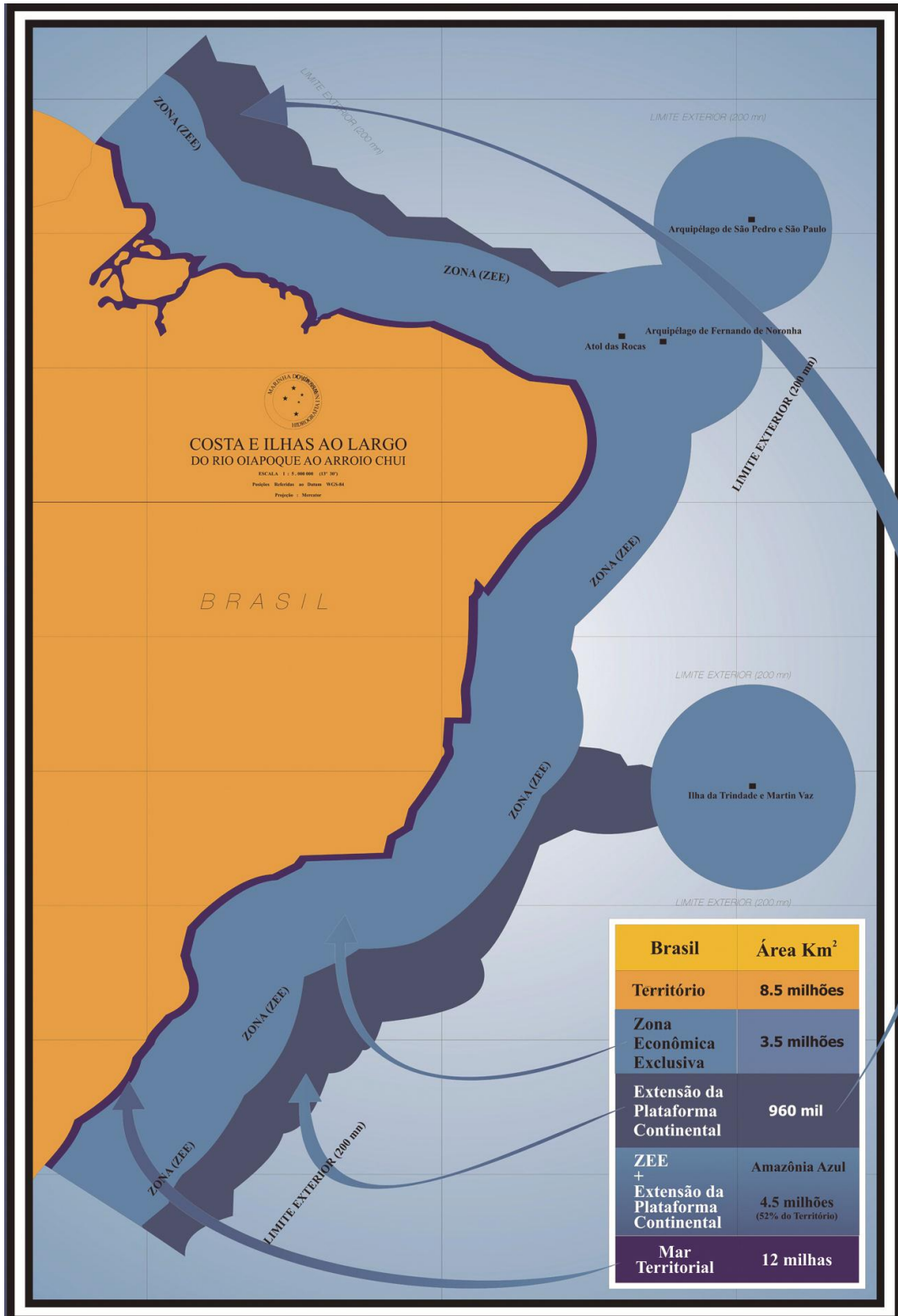
O Brasil é uma **República federalista presidencialista**. A **República**, proclamada em nosso país em 1889, é uma forma de governo na qual representantes eleitos pelo povo governam por tempo determinado. O **presidencialismo** é um regime político chefiado por um presidente da República, que acumula as funções de chefe de Estado e chefe de Governo. O termo **federativo** indica que os estados estão unidos numa federação, mas mantém relativa autonomia. No Brasil, o presidente é eleito por voto direto para um período de quatro anos, podendo ser reeleito para mais quatro anos.

A Constituição é a Lei Maior que rege a vida de um país, determinando, entre outros aspectos, a organização do Estado. De acordo com a **Constituição Federal de 1988**, existem três poderes da União, independentes e harmônicos entre si: **o Executivo, o Legislativo e o Judiciário**. O primeiro encarrega-se da administração e do encaminhamento das políticas públicas; o Legislativo, constituído pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, elabora as leis do país; e o Judiciário, responsável pelo julgamento e pela solução de conflitos, é exercido em suas instâncias mais altas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça e, dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.

Outro aspecto regulado pela Constituição Federal é a autonomia dos estados e municípios, que elegem os representantes do Executivo e do Legislativo estadual e municipal.

O sistema político brasileiro é a **democracia**, caracterizada, entre outros aspectos, pela garantia do direito de voto e pelo respeito aos direitos individuais e coletivos e às decisões dos cidadãos expressas nas eleições. O voto no Brasil é obrigatório para os indivíduos de 18 a 70 anos, e opcional para os analfabetos, os que têm mais de 70 anos ou estão na faixa dos 16 aos 18 anos. Apesar disso, alguns fatores ainda dificultam o pleno exercício da cidadania dos brasileiros. Entre eles, destacam-se as desigualdades econômicas, os obstáculos à representação parlamentar de algumas minorias étnicas e socioculturais, a dificuldade de acesso da população mais pobre aos meios de comunicação e a exclusão de parte da população dos canais de participação e dos movimentos promovidos pela sociedade civil.

Figura 1 - Limites marítimos brasileiros (mar territorial, ZEE e Amazônia Azul)



Fonte: retirado do site da Marinha do Brasil. Disponível em http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/imagens/infografico.jpg. Acesso em 01 maio 16.

Figura 2 – Mapa Político do Brasil



Fonte: Disponível em <http://www.sbsrj.com.br/bras_politico.gif>. Acesso em 01 maio 16.

EXERCÍCIOS

1. A maior parte da linha de fronteira terrestre do território brasileiro foi delimitada durante o período _____

Assinale a única alternativa que completa corretamente a lacuna acima.

- A) Imperial
- B) Pré-colonial
- C) Colonial
- D) do Estado Novo
- E) Pós Segunda Guerra Mundial

2. Sobre a divisão política atual do território brasileiro é correto afirmar que o Brasil é uma República Federativa formada por

- A) 27 estados, 3 territórios e o distrito federal
- B) 27 estados e o distrito federal
- C) 26 estados, 3 territórios e o distrito federal
- D) 26 estados e o distrito federal
- E) 26 estados, 2 territórios e o distrito federal.

3. A opção que indica os dois países vizinhos com os quais o Brasil possui as maiores extensões fronteiriças é:

- A) Equador e Bolívia
- B) Chile e Equador
- C) Bolívia e Peru
- D) Peru e Chile
- E) Bolívia e Paraguai

4. O texto a seguir questiona o uso de uma expressão que faz parte das representações geográficas do Brasil.

DO CHUÍ AO OIAPOQUE

Me desculpem a maneira de escrever quando se trata de situar geograficamente nosso país. Todo mundo, em todos os cursos primários,

quando quer se referir ao Brasil todo, ou quando qualquer demagogo em véspera de eleição quer bancar o patriota, começa sua aula ou seu discurso assim: "Brasileiros, com a mesma franqueza com que me habituei a falar-vos do Oiapoque ao Chuí...". E o cara recomeça... "somos um todo". E por aí vai o negócio. De norte para sul.

Eu também, que não posso deixar de ser provinciano porque sou brasileiro e adoro meu país, tenho a mania de inverter os pontos cardeais por puro patriotismo de bairro, de província. Ao contrário, jamais falei ou falarei do Oiapoque ao Chuí. Morro dizendo: do Chuí ao Oiapoque. Paciência. Como nasci no Rio Grande, é ali que eu acho que começa o Brasil.

Adaptado de João Saldanha, "Vida que Segue", Nova Fronteira, 2006, p. 118 (publicado originalmente em "O Globo", 17/03/1970).

Tendo em vista o questionamento apresentado, assinale a opção que melhor explica a atitude do autor ao inverter a consagrada expressão "Do Oiapoque ao Chuí".

- A) Preocupação em corrigir os pontos extremos do País
- B) Precariedade de conhecimento geográfico do Brasil
- C) Manifestação de uma identidade regional
- D) Inconformismo quanto à vulgarização da linguagem geográfica
- E) Reação política contra o uso patriótico do discurso geográfico

5. Considere as afirmações abaixo, sobre as fronteiras brasileiras.

I. A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) corresponde a 200 milhas marítimas, das quais 12 milhas compreendem o mar territorial.

II. A Faixa de Fronteira é a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que engloba a área total ou parcial dos municípios brasileiros.

III. A legislação brasileira atual considera território nacional as áreas de propriedade de brasileiros natos em países limítrofes ao Brasil.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

6. O território brasileiro possui extenso litoral, um dos maiores do mundo, riquíssimo em recursos minerais e pesqueiros, excelente para a navegação de cabotagem e mercantil. Assinale a alternativa que aponta corretamente os limites extremos do litoral brasileiro.

a) Caburaí (AP) - Rio Grande (RS).

b) Caburaí (RR) - Chuí (RS).

c) Oiapoque (RR) - Chuí (RS).

d) Ponta Seixas (AP) - Chuí (RS).

e) Oiapoque (AP) - Chuí (RS).